



## CARTA ABERTA DE CIENTISTAS AO GOVERNO BRASILEIRO

### Em defesa da Cadeia Marinha de Fernando de Noronha e contra a exploração de petróleo em sua região

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
Excelentíssima Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima,  
Excelentíssimo Ministro de Minas e Energia,  
Senhores Diretores da ANP,  
Senhores Presidentes do IBAMA e do ICMBio,

Nós, cientistas, pesquisadoras e pesquisadores dos oceanos, da biodiversidade e do clima, vimos por meio desta manifestar nossa extrema preocupação com a inclusão de blocos de petróleo localizados na Bacia Potiguar, próxima à Cadeia de Montes Submarinos de Fernando de Noronha, nas rodadas permanentes de concessão promovidas pela ANP.

#### Histórico de questionamento científico e institucional

A tentativa de explorar petróleo na região da cadeia de montes submarinos de Fernando de Noronha não é recente — e tem sido reiteradamente contestada por setores da ciência, da sociedade civil e até de órgãos estatais de controle ambiental. Desde 2021, pesquisadores, ambientalistas e instituições vêm alertando para os riscos dessa empreitada, culminando em manifestações técnicas do ICMBio e do IBAMA contrárias à oferta de blocos nessas áreas sensíveis.

Desde 2021, [uma série de eventos técnicos, ações civis públicas da ARAYARA.org](#) vem demonstrando, de forma inequívoca, a inadequação da inclusão dos blocos exploratórios da Bacia Potiguar em rodadas de leilão da ANP, especialmente aqueles localizados próximos à Cadeia de Montes Submarinos de Fernando de Noronha.

O ponto de inflexão desse processo histórico ocorreu em setembro de 2021, quando a [Assembleia Legislativa de Pernambuco](#) realizou audiência pública para debater os riscos da exploração petrolífera na Bacia Potiguar. Na ocasião, o próprio Coordenador Geral de Meio Ambiente da Agência Nacional do Petróleo (ANP) declarou, publicamente, seu “espanto” com a inclusão de blocos sobre cones vulcânicos, reconhecidos por sua inabilidade geológica de formar reservatórios de petróleo, reservatórios esses amplamente associados às bacias sedimentares.

Ainda, nessa mesma audiência, um outro ponto apresentado foi que o topo mesofótico dos montes da Cadeia de Fernando de Noronha abriga um mega ecossistema de recifes de coral, que definem o limite norte de distribuição dos recifes brasileiros. Interessante ressaltar que na rodada de 2021, dos 17 blocos ofertados para leilão, 4 estavam sobre montes oceânicos. Para a rodada prevista para 2025, novamente a ANP tenta leiloar 16 blocos, com 10 deles sobrepostos diretamente nos topos dos montes e o restante em áreas recifais mais profundas, que são áreas importantíssimas para a conservação e a pesca da região.

Ainda em 2021 [pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco \(UFPE\) e do Observatório do Clima](#) divulgaram pareceres técnicos detalhados, apontando a ausência de Avaliação Ambiental de



Área Sedimentar (AAAS), a fragilidade jurídica das decisões técnicas e administrativas da ANP e os riscos climáticos, ecológicos e socioeconômicos da oferta desses blocos.

A partir daquele momento, foi construída uma base científica além de uma proposta de criação de uma Unidade de Conservação Marinha defendida pela UFPE<sup>1</sup> e CEPENE-ICMBio<sup>2</sup> abrangendo os montes submarinos das Cadeias de Fernando de Noronha e Norte do Brasil (Ceará), reforçando a importância de proteger essa região estratégica para a biodiversidade marinha do Atlântico Sul.

Novamente, em 2023, [uma ação judicial foi encaminhada pela ARAYARA.org](#), questionando a legalidade da manutenção dos blocos na oferta permanente sem a devida AAAS. Mesmo assim, a ANP manteve a inclusão dos blocos na 4ª Rodada da Oferta Permanente, gerando intensa mobilização pública e institucional - dos blocos que acabaram por não ter nenhum lance (apesar do interesse inicial das empresas). A campanha liderada pela Arayara atingiu mais de 1.015 inserções na imprensa, incluindo 477 veículos nacionais e internacionais, com audiência estimada em mais de 1 bilhão de visualizações, a grande maioria com manifestações contrárias - [#SalveNoronha](#)

Diversos setores do governo, dentre eles a própria [ANP](#) e no mais recente parecer interministerial de [MMA, ICMBio e IBAMA \(através do parecer assinados por 17 analistas do GTPEG\)](#) recomendaram formalmente a exclusão e/ou análise aprofundada sobre a situação de 31 blocos da Bacia Potiguar que compõem a cadeia marinha de Fernando de Noronha, com base em riscos socioambientais reconhecidos. Contudo, o [Ministério de Minas e Energia optou por manter os blocos na 5ª Rodada, agendada para 17 de junho de 2025](#), mesmo diante do vencimento das manifestações interministeriais que autorizaram a inclusão junto a data do leilão (irregularidade denunciada nas matérias de jornais como [Folha de São Paulo](#) e [DW](#)).

Indo adiante no [Parecer Técnico GTPEG nº 6/2025](#), elaborado pelo Grupo de Trabalho Permanente de Espécies e Ecossistemas Marinhos do MMA, o documento evidencia o racha entre as alas do governo, mas também expõem com muita contundência o risco socioambiental para a região. O parecer conclui que os blocos em questão devem ser excluídos do leilão por apresentarem riscos para 63 espécies ameaçadas (13 delas em estado crítico), sobrepõem-se a áreas prioritárias para conservação, comprometerem a conectividade ecológica com Fernando de Noronha e o Atol das Rocas, e, por fim, dados sua complexidade deveria contar com uma AAAS, conforme determina a [Resolução CNPE nº 17/2017](#).

Em contraponto ao parecer técnico do MMA e as matérias dos jornais Folha de São Paulo e DW, o Ministério das Minas e Energia emitiu uma nota a imprensa, afirmando que a preocupação com o Arquipélago de Fernando de Noronha era fruto de alarmismo, afirmando que os blocos ofertados estão a 350 km de distância do Arquipélago, e que *“além disso, as correntes marítimas predominantes na região seguem em sentido contrário, tornando infundado qualquer risco ao arquipélago”*. É fato que as correntes de superfície fluem de leste para oeste, mas como mostrou o estudo do Observatório do Clima, as correntes de subsuperfície em uma coluna de até 4 mil metros de profundidade, se invertem criam vórtices, fluem em várias direções e podem espalhar petróleo para toda a margem equatorial brasileira, de Fernando de Noronha ao Amapá. Essas informações estão disponíveis em várias plataformas de modelagem oceânicas<sup>3</sup>, e podem ser acessadas gratuitamente por qualquer pessoa, inclusive os técnicos do MME e da ANP. O fato do MME e da ANP, aumentarem na próxima rodada o número de blocos ofertados sobre os montes da Bacia Potiguar e, desconsiderar os regimes de correntes oceânicas da região, demonstram a superficialidade técnica com que o problema está sendo tratado pelo MME e ANP.

---

<sup>4</sup><https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/expedicao-reforca-necessidade-de-protger-bancos-de-co-rais-equatoriais>

<sup>2</sup> Processo SEI ICMBio n. 02030.000090/2023-10 (proposta de criação de uma unidade de conservação nos bancos oceânicos das Cadeias de Montanhas Submarinas Fernando de Noronha e Norte Brasileira).

Diante desse histórico consistente e tecnicamente fundamentado sobre os riscos, a manutenção desses blocos na 5ª Rodada representa não apenas uma afronta à legislação ambiental vigente, mas também uma grave ameaça à integridade dos ecossistemas marinhos do Atlântico Sul e à credibilidade do compromisso e liderança climática do governo brasileiro.

Este histórico mostra que a resistência à exploração de petróleo na região não é reativa ou ideológica: ela é embasada, persistente e sustentada por evidências. Trata-se de um alerta constante da ciência diante de um erro que ainda pode ser evitado.

Trata-se de uma região de **alta relevância ecológica, climática e socioeconômica**, reconhecida internacionalmente por sua biodiversidade excepcional e pelos serviços ecossistêmicos que presta à vida marinha, ao equilíbrio do clima e às comunidades humanas do litoral nordestino. Os blocos em questão estão inseridos em um dos mais preciosos patrimônios naturais do Brasil:

- **A cadeia de Fernando de Noronha e o Atol das Rocas são reconhecidos como Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO;**
- A região é classificada como **Área Marinha Ecológica ou Biologicamente Significante (EBSA)** pela Convenção da Diversidade Biológica da ONU;
- É zona prioritária para a **preservação de corais, golfinhos, tubarões, aves marinhas e espécies endêmicas;**
- Os Montes Oceânicos das Cadeias de Fernando de Noronha e Norte do Brasil, formam um mega ecossistema recifal com mais de 1000 km de extensão, e que definem o limite norte de distribuição dos recifes brasileiros, e suas espécies endêmicas de corais.
- É uma área que possui **baixa compatibilidade** com a atividade de Petróleo e Gás (PRIM P&G) e também uma Biodiversidade **Extremamente Elevada** (Programa Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade)
- É fundamental para a **conectividade ecológica** entre os montes oceânicos do Atlântico Sul.
- O Atol das Rocas é o único atol do Atlântico Sul, constituindo uma das poucas Reservas Biológicas marinhas do Brasil, sendo uma área de extrema importância para a sobrevivência e conservação de populações de tartarugas tubarões peixes corais e outro organismos;
- O Turismo em Noronha e região pode ser impactado de maneira irreversível.

Diante disso, nós, cientistas abaixo-assinados, solicitamos ao Governo Brasileiro:

1. **A imediata exclusão e/ou revisão dos blocos sobrepostos ou adjacentes à Cadeia de Fernando de Noronha da Oferta Permanente de Concessão da ANP** de maneira participativa;
2. **A realização urgente de uma Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) da Bacia Potiguar**, com ampla participação científica, institucional e social;
3. **A criação de uma Área Marinha Protegida de grande escala (AMP) para a Cadeia Norte Brasileira, Fernando de Noronha e Atol das Rocas ou mesmo um mosaico de unidades de conservação nesta região;**
4. **A suspensão de qualquer novo licenciamento ambiental ou outorga sobre os blocos da região até que a AAAS seja concluída** e os pareceres técnicos do IBAMA e ICMBio sejam respeitados;

5. **A consideração da crise climática como fator central de decisão energética**, priorizando uma transição justa baseada em fontes renováveis, e o cumprimento das metas assumidas pelo Brasil no Acordo de Paris.

Conforme apontado nos relatórios do IPCC, a sobrevivência dos recifes de coral já está em risco com um aumento de 1,5 °C da temperatura global relacionado a matriz energética baseada em combustíveis fósseis, como ocorrido nos extremos, como o evento de 2024, o quarto evento global de branqueamento com consequências devastadoras para corais em várias partes do mundo incluindo o Brasil.

Seguir apostando na expansão da exploração de combustíveis fósseis em áreas tão sensíveis não é apenas um erro estratégico é uma ameaça real à vida.

Apelamos à sensatez, à ciência e à Constituição Federal que, em seu artigo 225, garante o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

**Fernando de Noronha não é lugar para petróleo. É lugar de vida. Salve Noronha!**

Respeitosamente,

[Cientista, clique aqui para assinar!](#)